



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640047 - MS (2021/0012706-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ANGELA ROSSETI CHAMORRO BELLI
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : MARCIO JOSE MENDES PIRES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MÁRCIO JOSÉ MENDES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC N. 1415227-40.2020.8.12.0000).

O paciente foi denunciado e pronunciado por feminicídio qualificado.

Alega a impetração que há nulidade pela realização do Júri por videoconferência, marcado para o dia 11/2/2021.

Requer, liminarmente e no mérito, seja determinado que o Júri se realize com a presença física do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto fixou o acórdão atacado o seguinte (fl. 474):

Igualmente, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, foi editada a Portaria n. 1828, de 21 de agosto de 2020, a qual prevê, em seu artigo 9º, que "os atos processuais como audiências e sessões de julgamento serão realizados, preferencialmente, por meio de recurso tecnológico de videoconferência ou plenário virtual, na forma da legislação vigente" (destaquei). Já o artigo 11 da referida portaria é ainda mais específico, ditando que somente serão realizadas presencialmente as sessões do júri, "(...) quando declarada a inviabilidade da realização do ato de forma integralmente virtual, por decisão judicial fundamentada (...)", o que não se verificou na hipótese.

Noutro norte, importante ressaltar que o interrogatório por videoconferência não fere garantias fundamentais previstas no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos ou na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, uma vez que, conforme explica a mais abalizada doutrina, foram elaborados em uma

época(década de 60) em que a tecnologia ainda não era avançada ao ponto de se cogitar seu uso na prática de atos processuais, sendo certo que tratados internacionais mais modernos já possuem essa previsão.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência